

# As Principais Causas da Não Formalização das Empresas na Cidade de Guarapari/ES<sup>1</sup>

Máyra Vidal Nascimento<sup>2</sup>

Elisabete Corcetti<sup>3</sup>

Gibson Dall'Orto Muniz da Silva<sup>4</sup>

## Resumo

Este artigo é uma pesquisa descritiva, com caráter quantitativo, cujo objetivo é verificar as principais causas da não formalização das empresas na cidade de Guarapari/ES, ou ainda, o vem auxiliar os novos empreendedores, governo, sociedade e demais interessados na temática, quanto às razões que contribuem para a formação deste quadro. Para sua realização foram adotados como instrumentos de pesquisa o levantamento bibliográfico e questionário com perguntas fechadas, realizado com 198 empreendedores na cidade de Guarapari/ES. Por fim, relatam-se os motivos que levaram a amostra estudada a empreender, e o perfil dos empreendedores não formalizados.

**Palavras-chave:** Empreendedores. Formalização. Causas.

## THE MAIN CAUSES OF NONFORMALIZATION COMPANIE SIN THE CITY OF GUARAPARI/ES

## Abstract

This article is a descriptive research with quantitative character, whose purpose is to verify the main causes of the lack of formalization of enterprises in the city of Guarapari / ES, or, the article come help new entrepreneurs, government, society and other stakeholders in the issue, as to the reasons that contribute to the formation of this framework. For its realization were adopted research tools like the literature review and survey with closed questions performed with 198 entrepreneurs in the city of Guarapari / ES. Finally, we report the reasons why the sample undertook and the profile of entrepreneurs not formalized.

**Keywords:** Entrepreneurs. Formalization. Causes.

<sup>1</sup> Artigo selecionado para Fast Track no VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (Egepe), realizado em Goiânia de 24 a 26 de março de 2014.

<sup>2</sup> Especialista em Gestão Estratégica de Negócios. Professora do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (Ifes).

<sup>3</sup> Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (Ifes). elisabetecor@ifes.edu.br

<sup>4</sup> Especialista em Segurança do Trabalho. Professora do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (Ifes).

Toda nação busca a melhor maneira de aumentar a sua capacidade de produzir bens e serviços que sejam suficientes ao bem-estar da população. “No mundo todo, a máquina que faz girar a economia são novos negócios. (...) É do empreendedorismo que surge a geração de riqueza, de novos produtos, de novas ideias”, afirma o suíço Ronald Degen em entrevista com o Sebrae, um dos primeiros a trabalhar com o conceito de empreendedorismo no Brasil. Ninguém nasce empreendedor. São várias as razões que levam as pessoas a montarem um negócio próprio. O convívio com pessoas próximas, trabalho e sociedade, pode contribuir com o desenvolvimento de algumas habilidades e competências (Dolabela, 1999). Para abrir um negócio de maneira segura, porém, precisam-se cumprir várias etapas com muito discernimento, observação e planejamento (Sebrae, 2012). Atualmente as empresas fazem parte de um cenário complexo, no qual facilmente encontramos temor pelo motivo de o excesso de burocracia influenciar de forma direta e negativa nas tomadas de decisão.

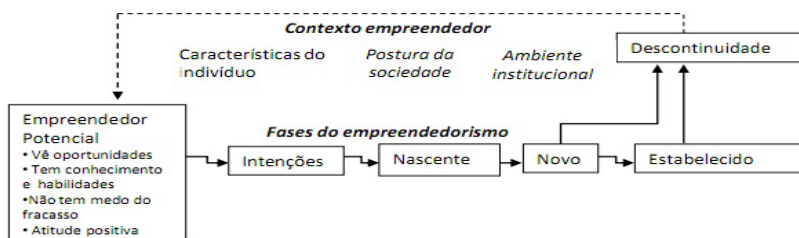
Muitas empresas não formalizadas ainda competem no mesmo mercado das demais. O Sebrae (2012) constatou que 57% dos empreendedores individuais já possuíam seu negócio de maneira informal. Ao compreender a importância do processo de formalização das organizações, concomitante à observação da existência em quantidade relevante de empresas vivendo na informalidade, realizou-se um estudo que auxiliou os novos empreendedores, governo, sociedade e demais interessados na temática, quanto às razões que contribuem para a formação deste quadro. Mediante o exposto, surge a seguinte pergunta norteadora: Quais são as possíveis causas da não formalização das empresas na cidade de Guarapari/ES?

Assim, o objetivo geral deste artigo é verificar as possíveis causas da não formalização das empresas na cidade de Guarapari/ES. O presente artigo é uma pesquisa descritiva, com caráter quantitativo, adotando como instrumentos de pesquisa o levantamento bibliográfico e o questionário com perguntas fechadas, realizado com 198 empreendedores na cidade de Guarapari/ES.

## Empreendedorismo

“O homem é um ser-para-empresender. O que determinará a ação empreendedora não são fatores externos, mas sim sua condição de potencialidade” (Boava; Macedo, 2006, p. 14).

Figura 1 – O processo empreendedor segundo definições adotadas pelo GEM



Fonte: Global..., 2011.

Conforme o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o empreendedorismo pode ser definido como um processo que envolve as diversas etapas de desenvolvimento do empreendimento (Figura 1), que se inicia na intenção de criar um negócio próprio, seguido pela parte em que ele oficialmente nasce (com até três meses), e segue para a etapa de administrar o negócio em um momento inicial (com até 42 meses) ou já firmado. Ainda na Figura 1 o GEM descreve como potencial empreendedor a pessoa que vê oportunidades, tem conhecimento e habilidades, não tem medo do fracasso e possui atitudes positivas. Já para Sentanin e Barboza (2005), empreendedorismo compreende o conjunto de processos e pessoas que auxilia na transformação de ideias em oportunidades, e a utilização adequada dessas oportunidades conduz à criação de negócios de sucesso.

Empreendedorismo corresponde a um termo que tem sido utilizado desde o período em que Marco Polo traçava suas rotas, atravessou a Idade Média e ganhou notoriedade no século 17, quando se tornou distinto ao

termo capitalista (Dornelas, 2001). Uma análise histórica da evolução do empreendedorismo, feita por Murphy, Liao e Welsch, é descrita por Boava e Macedo (2009), que identificaram que o momento atual pode ser chamado de Era do Empreendedorismo, pois os empreendedores estão cada vez mais atentos às mudanças do mercado, aos avanços tecnológicos, estão criando produtos e serviços inovadores e novas relações de trabalho e emprego, gerando riqueza para a sociedade (Sentanin; Barboza, 2005). Muitos empreendedores, porém, quando se deparam com o processo de abertura de um negócio, acabam optando pela informalidade; “é possível inferir que ainda há milhões de brasileiros na informalidade” (Global..., 2011).

## **Informalidade**

O mercado informal não deve ser considerado um fator recente no Brasil, pois o mesmo pode ser observado há algumas décadas. Nos anos de 1960/1970 esta economia, também chamada de “velha informalidade”, classificava o trabalho informal como subemprego, época em que o mercado encontrava-se em transição, gerando desemprego e fazendo com que as pessoas saíssem do campo e se instalassem nas cidades industrializadas (Santos, 2008). Nesse mesmo período, no ano de 1972, surge a primeira conceituação pública de “Setor Informal”, vinda de um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em que se afirma que dois tipos de mercado de trabalho operavam paralelamente:

a) um setor formal, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade pessoal, operando em mercados amplos, protegidos por cotas e tarifas, grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão de obra qualificada; e b) um setor informal, definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem

doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados (Silva et al., 2002, p. 3).

No referido estudo, as ações praticadas pelos trabalhadores desfavorecidos, não registrados ou regulamentados, eram identificadas no setor informal (Feijó; Silva; Souza, 2009). Nos anos 80 o aumento da informalidade foi marcado pelo excesso de regulação proveniente da nova Constituição, que veio a reforçar os direitos do trabalho (Santos, 2008). Já a partir de 1990 o grau de informalidade sofreu um aumento sem precedentes, resultante da elevação do número de trabalhadores sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria. Durante este período, o crescimento da informalidade foi consideravelmente maior do que nos três primeiros anos da década de 80, o que indica que esse aumento estaria associado a um fenômeno estrutural (Ulyseia, 2006). O setor informal também pode ser definido como “a soma dos trabalhadores sem carteira e por conta própria, ou mesmo, como o conjunto de trabalhadores que não contribui para a previdência social” (Ulyseia, 2006, p. 597). Silva et al. (2002) descrevem três fenômenos da informalidade:

- a) Ilegalidade – para este caso, definida como contratação de funcionários sem seguir a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), como, por exemplo, sem carteira de trabalho assinada. Cabe lembrar que a informalidade não significa especificamente marginalidade, pois, apesar de existirem atividades informais criminosas sendo desenvolvidas no país, elas não são necessariamente criminosas;
- b) Autonomia – neste fenômeno observamos os trabalhadores autônomos informais que buscam, por meio do negócio próprio, estarem livres dos patrões e terem jornadas mais flexíveis e salários melhores;
- c) Microempreendimento – neste fenômeno estão relacionadas as atividades de microempreendimento não legalizadas, em que são contratados poucos funcionários. Os empreendedores têm essa iniciativa em razão da grande burocratização bem como do peso da legalização no orçamento da firma.

Feijo, Silva e Souza (2009) reconhecem que o setor informal é bastante heterogêneo e políticas públicas devem buscar identificar as diferentes características das atividades informais. Os autores apresentaram uma classificação de setores de atividades segundo graus de informalidade, partindo do pressuposto de que se pode identificar características de funcionamento de estabelecimentos informais e associá-las a uma referência central. Observaram que, em geral, as empresas de trabalhadores por conta própria apresentam pior desempenho, local de funcionamento da empresa mais precário, gerenciamento mais deficiente e maior ilegalidade do que os empregadores. O estudo revelou ainda que a capacidade de empregar é fator importante na determinação da qualidade da empresa informal e, portanto, na caracterização da heterogeneidade do setor informal urbano brasileiro. Os autores sugerem que para os setores de alta informalidade devem ser desenvolvidas políticas de garantia de emprego e capacitação de pessoal.

Um alto índice de empresas no mercado de trabalho informal pode impactar significativamente fatores da economia. O receio sobre esse cenário é facilmente observado no que diz respeito aos trabalhadores não usufruírem dos benefícios adquiridos com a legislação trabalhista. As preocupações, porém, não param por aí. Pelo lado fiscal um grande índice de informalidade pode resultar em evasão e perda na arrecadação tributária. Ainda, a informalidade pode afetar a produtividade e o crescimento da economia, por meio da baixa qualidade dos empregos gerados (Hirata, Machado, 2010; Paes, 2010; Ulyseia, 2006).

Neri et al. (2007) verificaram o efeito da Constituição de 1988 sobre os incentivos dos indivíduos, em particular do sistema previdenciário, e observaram que os indivíduos por conta própria com rendas mais altas diminuíram relativamente mais sua participação no sistema previdenciário do que os autônomos mais pobres. Em termos de incentivos para os autônomos mais pobres, Neri et al. organizaram os resultados de uma pesquisa feita com microempreendedores da favela da Rocinha no Rio de Janeiro e observaram que a precariedade de acesso ao crédito tornava a poupança um

bem de luxo. Isso significa que contribuir para o INSS tem um alto custo de oportunidade. Esse custo, contudo, poderia ser atenuado com o desenvolvimento de políticas de microcréditos que levassem a renda disponível para a poupança dos trabalhadores.

Paes (2010) analisou o impacto que a adoção de políticas públicas ou creditícias tem sobre o nível de informalidade no Brasil por meio de uma abordagem de equilíbrio geral computável, e verificou que a redução da carga tributária, principalmente no produto e no rendimento do trabalho, teria um efeito intenso na diminuição da informalidade na economia brasileira, sem, entretanto, diminuir a arrecadação.

Nos dias atuais vive-se em meio a uma sociedade heterogênea, que se encontra em constante mudança, seja ela de caráter social, cultural ou profissional. Sendo assim, não é necessário que a informalidade seja encarada apenas como algo que deva ser combatido, mas sim, em todas as suas dimensões. “Os esforços devem se concentrar na busca de proteção para todos; a proteção social deve estar atrelada às pessoas e não à condição de ocupação” (Pastore, 2000, p. 9). O governo federal, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresenta um conjunto extenso de políticas públicas com foco no tratamento da informalidade. Como exemplos têm-se as políticas de fiscalização do cumprimento da legislação e de formalização do vínculo empregatício, políticas voltadas à ampliação dos postos de trabalho e à geração de renda, além de medidas com a finalidade de atualizar a legislação trabalhista (Pastore, 2000). Essas ações governamentais refletiram na redução do setor informal no mercado de trabalho, tanto no país quanto no Estado do Espírito Santo, entre os anos de 2000 e 2010 (Instituto..., 2012).

A taxa de informalidade no Estado do Espírito Santo recuou de 49,26%, em 2000, para 35,77%, em 2010, de acordo com dados do IBGE (Instituto..., 2010). Na região metropolitana, composta pelos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Fundão, Viana e Guarapari, a redução foi de 43,76% para 30,60%, e na região não metropolitana composta pelas demais microrregiões, num total de 71 municípios, foi mais elevada: de

55,57% para 42,10%. A redução dos vínculos informais é considerada ponto fundamental para dar fim ao “ciclo vicioso” da informalidade. O trabalho não legalizado surge como opção, a fim de evitar que o indivíduo fique à margem da sociedade em alguns mercados, porém, mesmo trabalhando, ou possuindo um meio de manter-se ocupado, tal empreendedor vive desprovido de benefícios sociais e proteção da legislação trabalhista, aos quais teria direito trabalhando de modo formal (Instituto..., 2012).

Atualmente, no Brasil, os empreendedores contam com o apoio do governo e de Órgãos credenciados na assessoria e orientação do processo de formalização de sua empresa. A Lei que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, é a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal. Em seguida vem a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. A Resolução CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009, dispõe sobre o Microempreendedor Individual – MEI – no âmbito do Simples Nacional.

## Metodologia

A pesquisa em questão deu-se a partir de um estudo acerca de profissionais autônomos que trabalham de modo informal no município de Guarapari, região sul do Estado do Espírito Santo. A cidade de Guarapari conta com uma população de 105.286 habitantes, tipicamente católica. O número de empresas atuantes é de 4.436 unidades, com 19.755 pessoas assalariadas, segundo dados do IBGE (Instituto..., 2013). Esta localidade foi escolhida em razão da proximidade do pesquisador com o objeto de estudo.



Com base nos objetivos propostos, este projeto pode ser classificado como pesquisa descritiva, por ter como propósito a descrição da informalidade no mercado de trabalho bem como os motivos que levaram a amostra estudada a empreender, acreditando que práticas podem ser melhoradas mediante a descrição e análise do perfil do grupo em questão. Este artigo tem enfoque quantitativo. Segundo Gil (1987), a pesquisa quantitativa procura identificar números, informações e opiniões para classificá-los e analisá-los. Além disso, sua finalidade é obter dados de determinada população, e é um método inerente ao intuito de descrever as características.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado o levantamento bibliográfico por meio da análise de livros, artigos científicos, periódicos, entre outros, para embasar a argumentação teórica. O método empregado para obter informações relacionadas ao tema foi o questionário com 19 perguntas fechadas, de múltipla escolha, usado para identificar os motivos pelos quais esse universo pesquisado não procura a formalização ou não identifica obrigatoriedade para tal. Ele foi baseado em pesquisas anteriores do Sebrae sobre informalidade. As perguntas foram agregadas em três blocos: o primeiro refere-se ao perfil do empreendedor; o segundo, ao perfil do negócio; o terceiro, às principais causas da não formalização do negócio. Os questionários foram aplicados pessoalmente ou por e-mail. Primeiramente realizou-se um pré-teste, cujo questionário foi aplicado a dez empreendedores informais. Em seguida, aplicaram-se os questionários a toda a amostra pretendida. Os dados foram coletados no mês de agosto de 2013. As variáveis utilizadas para representar o perfil do empreendedor foram: sexo; idade; estado civil; naturalidade; como aprendeu a atividade; se possui outra fonte de renda; razão pela qual começou a empreender. As variáveis que representam o perfil do negócio são: situação legal; tempo de atividade; situação de propriedade; onde opera o negócio; se possui familiares trabalhando no negócio; se possui funcionários. As variáveis que identificam as principais causas da não formalização do negócio são: ciência da obrigatoriedade da legalização do negócio; ciência dos procedimentos necessários para a legalização do

negócio; ciência dos benefícios obtidos com a legalização; razão pela qual o negócio não é legalizado; se os clientes deixam de adquirir os produtos ou serviços por causa da não formalização do negócio.

Ao conhecer o número total de empresas atuantes no município de Guarapari, 4.436 (Instituto..., 2013), além de observar que a taxa de informalidade na região metropolitana do Espírito Santo, na qual a cidade de estudo está inserida, é de 30,6% (Instituto..., 2012), definiu-se a população estudada em 1.357 empreendedores informais. A amostragem utilizada adotou o intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 5%. Definiu-se a amostra por meio da estimativa a seguir (Berenson; Levine; Stephan, 2000):

$$n = \left( \frac{Z_{\alpha/2} \cdot \sigma}{E} \right)^2$$

Em que:

N = Número de indivíduos na amostra;

$Z_{\alpha/2}$  = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado;

$\sigma$  = Desvio-padrão populacional da variável estudada;

E = Margem de erro.

A amostra foi representada por 927 empreendedores informais, e a taxa de resposta considerada ideal é de 20%. O número de questionários preenchidos foi de 198, equivalente a 21,3%. A amostra utilizada foi do tipo não probabilística por conveniência, cujos elementos são selecionados de acordo com a intenção do pesquisador (Oliveira, 2001). O cadastro de microempreendedores informais foi fornecido pelo Centro de Atendimento ao Microempreendedor de Guarapari (ES) e os resultados obtidos não são representativos da população em questão.

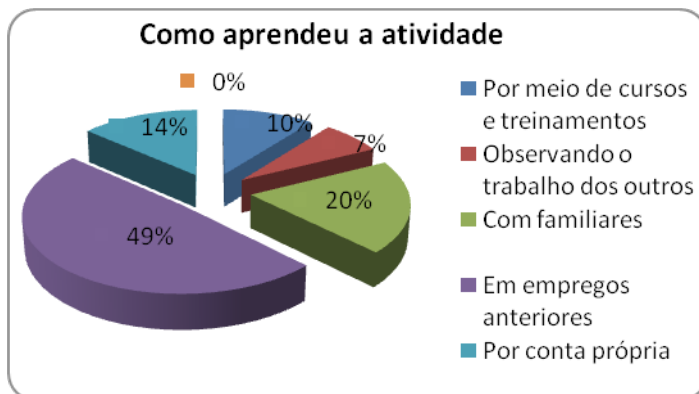
Os resultados da pesquisa são apresentados pela tabulação dos dados por meio de gráficos porcentuais, além da análise específica de cada situação no que respeita ao perfil do empreendedor informal, ao tempo de

atuação no mercado, à ciência da obrigatoriedade e dos procedimentos para a legalização, à ciência dos benefícios da formalização, às principais razões para a não formalização do negócio, às informações a respeito do negócio, ao impacto da não formalização nas vendas de produtos ou serviços, ao local da realização da atividade e às informações sobre o empreendedor.

## **Perfil do Empreendedor Informal**

A maior parte do grupo corresponde ao sexo masculino, cerca de 55,6%. A faixa etária de maior incidência está situada entre 40 e 49 anos, algo em torno de 29%, seguido da faixa concentrada entre 30 e 39 anos, com o número porcentual de 26. As informações agrupadas quanto à faixa etária, nesta categoria, apresentam que a amostra estudada está em conformidade com os dados obtidos pelo Sebrae (2013b), que destaca que a idade predominante entre os empreendedores informais brasileiros está acima dos 40 anos, afirmando ainda que “os negócios informais constituem oportunidade de ocupação importante para as pessoas de idade mais avançada” (Sebrae, 2013b). Quanto ao estado civil, a maioria, 51%, encontra-se no grupo dos casados, com outros 29% situados no dos solteiros. Ao serem questionados sobre sua naturalidade, observou-se que 39% do total dos entrevistados não corresponde ao município onde foi realizada a pesquisa. Apesar de formar a população fixa de Guarapari, esse porcentual é composto por migrantes. O Gráfico 1 relata as informações colhidas com relação à maneira com que o empreendedor aprendeu a atividade desenvolvida.

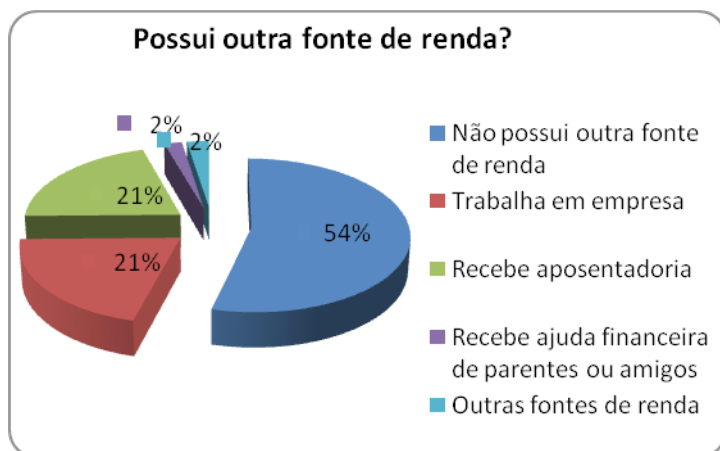
Gráfico 1 – Como o empreendedor aprendeu as atividades desenvolvidas



O modo como o empreendedor aprendeu ou conheceu seu negócio é um dado de extrema importância: 49% dos empresários participantes afirmaram ter conhecido seu ramo de atuação trabalhando no setor em empresas de propriedade de outras pessoas. Outro caso, que aparece com certa incidência, trata de pessoas que herdaram seus dons, conhecimentos ou empresas de seus familiares – cerca de 20%. Os empreendedores que identificaram a oportunidade e fizeram cursos profissionalizantes representam 10% da amostra, equivalente a 21 entrevistados. Observam-se, ainda, os que aprenderam a atividade desenvolvida acompanhando o trabalho dos outros ou por conta própria, encontrados em 7% e 14%, respectivamente.

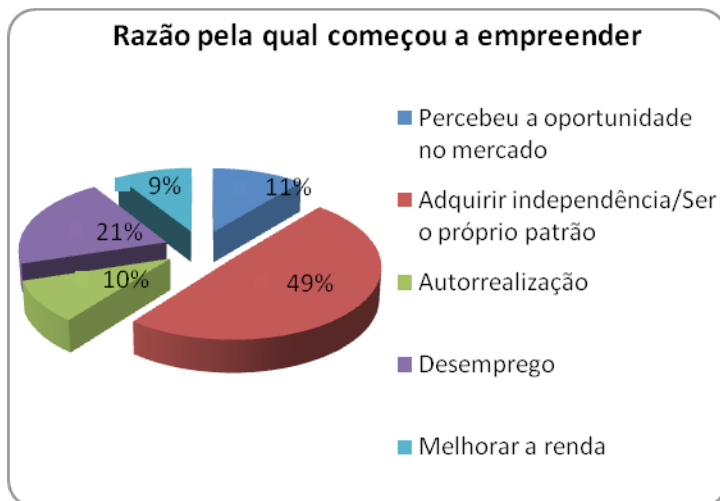
O trabalho procurou identificar, ainda, a possibilidade de esses empreendedores possuírem outras fontes de renda a não ser o negócio próprio e informal, apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Outras fontes de renda dos empreendedores informais



Dentre os entrevistados, 54% afirmaram não possuir outra fonte de renda, sendo o trabalho informal o seu único ganho; 21% confirmam que possuem como outra fonte de renda a aposentadoria; e os outros 21% possuem vínculos empregatícios em outras empresas. Os que recebem ajuda financeira de parentes ou amigos, ou possuem outras fontes de renda não determinadas, representam o total de 4% da amostra. Os dados informados estão em acordo com os obtidos na pesquisa realizada pelo SPC Brasil, a qual afirma que no Brasil “nem todos os trabalhadores recorrem à informalidade para complementar a renda familiar, mas que a maioria sobrevive integralmente da prática informal” (SPC Brasil, 2013).

Gráfico 3 – Razões que pelas quais os entrevistados começaram a empreender

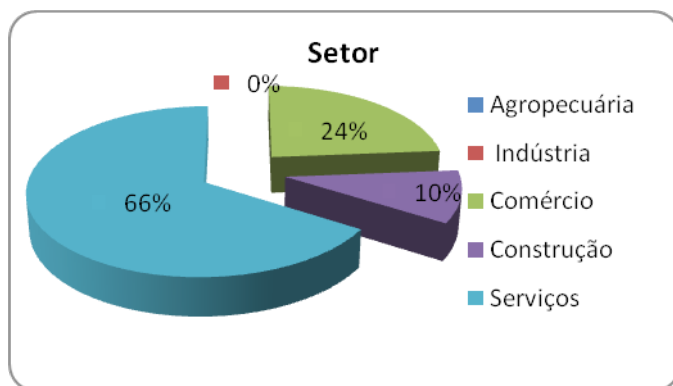


Das razões pelas quais os entrevistados começaram a empreender, 49% informaram ter sido pela vontade de adquirir independência, ser o próprio patrão. Em segundo lugar, vem o desemprego, com 21% das respostas, e, em terceiro, está a percepção pela oportunidade no mercado, com 11%. Em seguida estão a autorrealização e melhorar a renda, representando 10% e 9%, respectivamente, da amostra.

## Perfil do Negócio

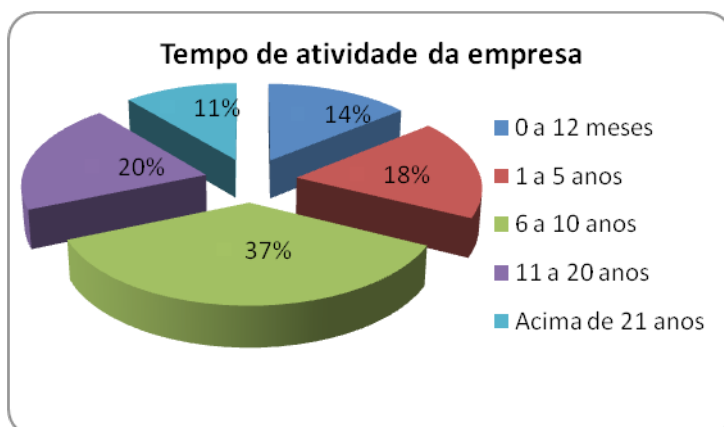
A fim de descrever o perfil dos negócios informais dos empreendedores entrevistados, foram abordadas as variáveis setor, tempo de atividade da empresa, situação de propriedade da empresa, local em que o negócio é operado e familiares e trabalhadores que atuam no negócio.

Gráfico 4 – Setor de atuação do negócio informal



O Gráfico 4 apresenta os setores de atuação do negócio informal, em que se pode observar que os setores nos quais os empreendedores informais pesquisados do município de Guarapari/ES estão inseridos são: comércio, construção e serviços. O setor que representa a maior parcela da amostra é o de serviços, com 66%, seguido de comércio, 24%, e construção, 10%. Quanto ao tempo de atividade do negócio no mercado, os dados são descritos no Gráfico 5.

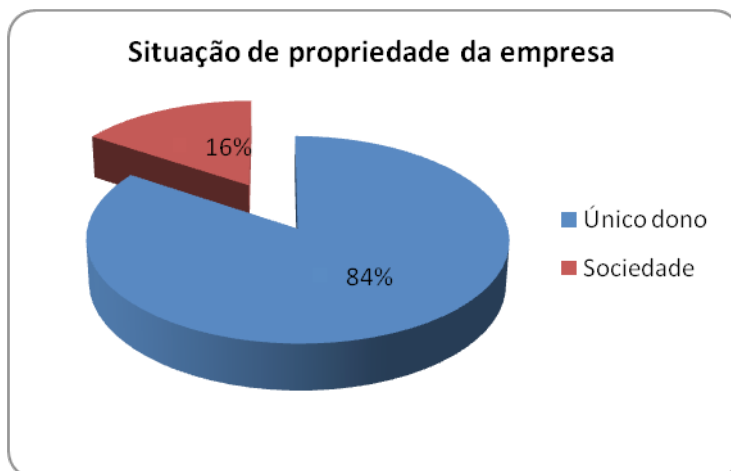
Gráfico 5 – Tempo de atividade do negócio informal no mercado



Na pesquisa realizada, a maior fatia afirma que o tempo de atividade do negócio informal no mercado está entre 6 e 10 anos, representando 37% da amostra; 14% informaram ter iniciado suas atividades profissionais há menos de 1 ano; em contrapartida, tem-se o maior período, o acima de 21 anos de efetividade, composto por 22 empreendedores, 11%, sempre de modo informal. Ao observarem-se os números indicados pelo Sebrae no ano de 2012, é possível perceber que os dados em relação às micro e pequenas empresas, no Brasil, vão de encontro aos identificados no trabalho em questão, pois o órgão expõe que grande parte das empresas, cerca de 48%, consideradas micro e pequenas, fecham antes de completar 3 (três) anos, enquanto esta pesquisa mostra que mais de 65% dos empreendedores informais estudados estão no mercado há mais de 5 anos.

Com o propósito de esclarecer informações a respeito dos proprietários, destacando se o negócio pertence a um único proprietário ou se existe sociedade, nota-se que apenas 16% dos entrevistados trabalham no formato de sociedade.

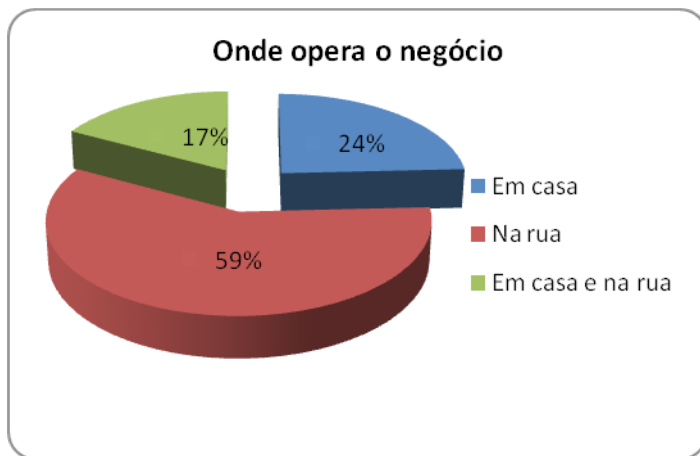
Gráfico 6 – Situação de propriedade do negócio informal





Os resultados dos dados apanhados em relação ao lugar em que os empreendedores informais operam seus negócios, são apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Local no qual o negócio informal é operado

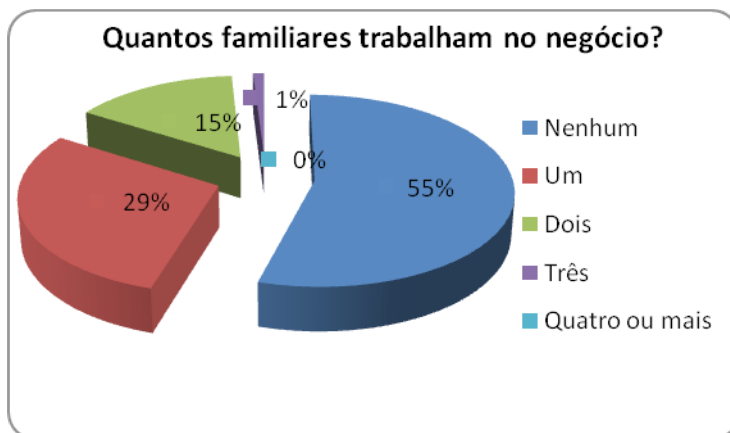


Quanto ao local de trabalho de cada empreendedor, foram listados dois pontos específicos: residência própria e fora da mesma. Os que trabalham em sua própria casa e também fora da mesma representam cerca de 17% dos entrevistados. Já os que prestam seus serviços somente em suas residências e apenas fora das mesmas têm o percentual de 24% e 59%, respectivamente. Os dados são relacionados tanto à prestação de serviços quanto à fabricação e venda de produtos.

As informações obtidas nesta categoria mostram que os locais de funcionamento dos negócios informais situados em Guarapari/ES são semelhantes ao mesmo padrão porcentual que o restante do país. No Brasil, 27,3% das unidades desenvolvem suas atividades nos domicílios; 65,1% fora do domicílio e 7,6% de forma mista (no domicílio e fora dele) (Sebrae, 2013b). Dentre os entrevistados, observa-se que 81% afirmaram não possuir funcionários com carteira assinada, pois têm como empregados seus familiares mais próximos, como mãe, filhos, irmãos e esposa ou marido. O número de familiares que trabalha no negócio é apresentado no Gráfico 8.

O mesmo ocorre no restante do país, como mostra a pesquisa realizada pelo Sebrae (2013a), em que 84% dos empreendedores informais não possuem empregados.

Gráfico 8 – Quantidade de familiares que trabalham no negócio informal

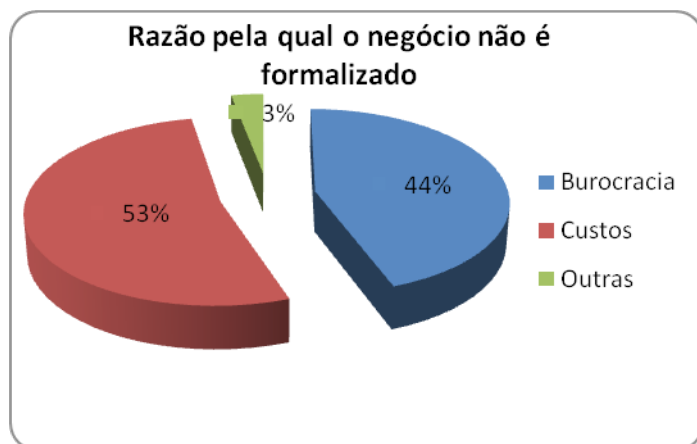


A maior parte da amostra, 55%, equivalente a 108 entrevistados, não possui familiares trabalhando no negócio; 29% possuem um familiar e 15% possuem dois familiares. Apenas 1% dos empreendedores estudados afirma contar com a colaboração de três membros da família.

## Principais causas da não formalização do negócio

O resultado da pesquisa quanto à compreensão das principais razões pelas quais o empreendedor não formaliza seu negócio está exposto no Gráfico 9.

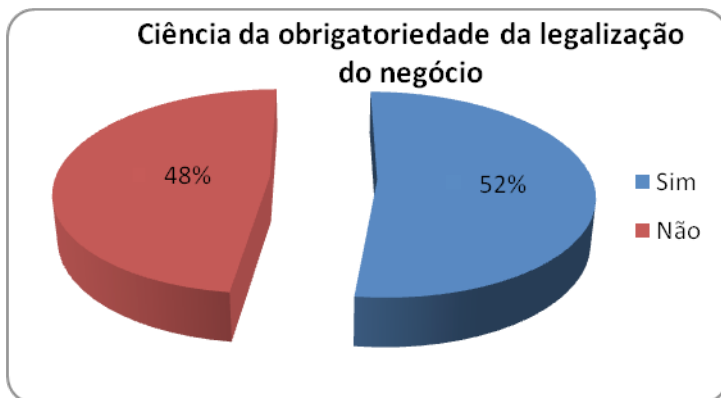
Gráfico 9 – Principais razões pelas quais o negócio não é formalizado



Os profissionais (53% – que representam 104 entrevistados), quando questionados acerca das razões para a não formalização do negócio, responderam que consideram como o maior dos empecilhos a burocracia. Outro fator indicado por 44% da amostra foi quanto aos custos. Os dados apanhados nessa categoria retratam o mesmo cenário do restante do país, no qual o alto custo e a burocracia para abrir um negócio formal são as principais razões para os empreendedores se manterem na informalidade (SPC Brasil, 2013).

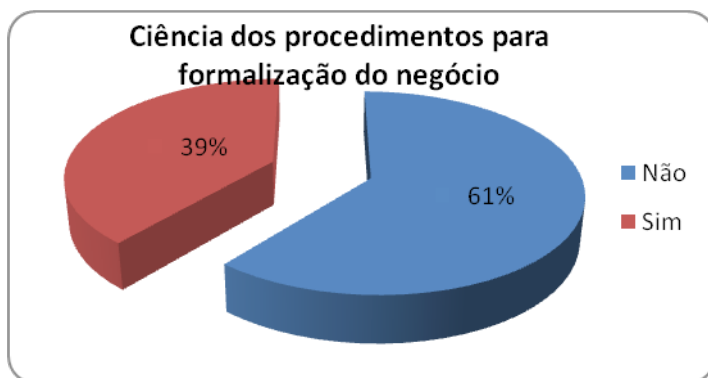
No Brasil, a legislação indica a obrigatoriedade da formalização dos serviços prestados por profissionais considerados autônomos. A Secretaria da Receita Federal, as Secretarias da Fazenda dos Estados e as Secretarias Municipais de Finanças, poderão fiscalizar o cumprimento das obrigações fiscais conforme exposto no Portal do Empreendedor (2012). Os números identificados durante a pesquisa, porém, indicam deficiência em relação ao conhecimento de leis que obrigam esse processo; 48% garantem não conhecer a obrigatoriedade de legalização prevista em lei, como mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Ciência da obrigatoriedade da legalização do negócio



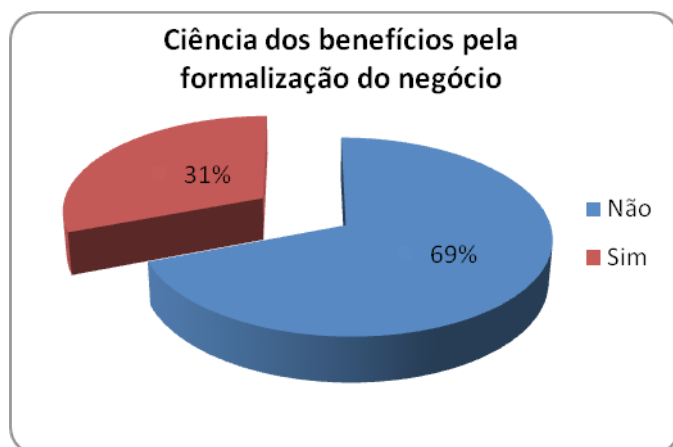
Segundo pesquisa realizada pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) em 2013, 49% dos empreendedores informais brasileiros não sabem o que fazer para legalizar o seu negócio. O SPC, em 2013, revela ainda que 46% dos trabalhadores informais desconhecem completamente sobre o microempreendedor individual, que é uma maneira mais simples para o empreendedor, que fatura até 5 mil reais mensais, formalizar o seu negócio.

Gráfico 11 – Ciência dos procedimentos para a formalização do negócio



Como pode ser observado no Gráfico 11, no município de Guarapari/ES o percentual de empreendedores informais que desconhece os procedimentos para a formalização é de 61%. De maneira geral, mesmo com o esforço do governo ao divulgar o assunto de maneiras diversificadas, a informação não está chegando ao público de interesse (SPC Brasil, 2013). Após buscar entender qual nível de conhecimento os empreendedores informais têm a respeito da formalização, relata-se os benefícios obtidos com o processo de formalização no que diz respeito à compreensão dos entrevistados.

Gráfico 12 – Ciência dos benefícios da formalização do negócio



Dentre os pesquisados, 69% garantem desconhecer a existência de benefícios obtidos com a formalização do negócio. O restante afirma conhecer os benefícios, mas, quando indagados sobre quais benefícios seriam, 29 responderam que seria a aposentadoria e 7 que seria a possibilidade de emitir notas fiscais, e os demais não responderam. De acordo com o SPC (2013), os empreendedores informais que possuem interesse na formalização observam como principais vantagens: “o acesso a crédito (62%); ampliar as formas de pagamento para os clientes (41%); necessidade de crescimento do negócio (38%); segurança para divulgar a empresa no mercado (38%); e não ocorrer riscos de apreensão de mercadorias (24%)” (SPC, 2013).

Ao buscar entender o impacto da não formalização do negócio nas vendas, a amostra foi perguntada se os clientes deixam de adquirir o produto ou serviço ao saber que o negócio não é formalizado. As respostas estão explícitas no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Impacto da não formalização do negócio sobre a venda de produtos e serviços



A grande maioria dos empreendedores entrevistados afirmou ter total aceitação dos clientes, mesmo não possuindo legalização no seu negócio, pois nenhum deles deixa de comprar seu produto ou solicitar seus serviços em razão da falta de formalização ou não emissão de notas fiscais. Esta parcela da amostra representa 96%. Apenas 4% dos entrevistados afirmaram que existem clientes que não compram seus produtos e/ou serviços em virtude da informalidade. No Brasil, 17% dos empreendedores informais confessam já ter sofrido rejeição de clientes em relação à falta de garantia da qualidade do serviço prestado (SPC Brasil, 2013).

## Considerações Finais

Como resultado, a pesquisa apresenta os possíveis principais motivos para a não formalização dos negócios de um grupo de empreendedores do município de Guarapari/ES, além de indicar o perfil dos empresários entrevistados. Alguns problemas e dificuldades foram listados pelos empresários. Dentre estes, o empecilho mencionado com maior frequência corresponde à preocupação com a alta burocratização do processo de formalização; mencionam a dificuldade quanto à burocratização mesmo afirmando não saber o processo referente à legalização de seu negócio. Seguindo os problemas de maior incidência, o valor dos impostos a serem pagos mensalmente é outro fator que inibe a busca pela formalização ou regularização dos negócios pesquisados.

O perfil do empreendedor informal situado no campo da pesquisa indica homens, com idades entre 40 e 49 anos, casados, que conheceram ou aprenderam seu negócio trabalhando anteriormente em empresas do ramo em que atuam nos dias de hoje, e não possuem renda extra. Os entrevistados começaram a empreender, em sua maioria, pelo desejo de ser o próprio patrão, característica diferente da observada no início do chamado “Setor Informal” nos anos 1960/1970, quando a informalidade no empreendedorismo era representada por pessoas desempregadas, que buscavam espaço no mercado industrializado, saindo do campo (Santos, 2008).

A pesquisa em questão torna possível observar o quão comum é entre os empresários informais estudados a falta de conhecimento a respeito dos benefícios em se tornar uma empresa formal, como cobertura previdenciária, acessos a serviços bancários, inclusive crédito, maior facilidade para vender ao governo, entre outros apresentados no Quadro 2, fator que, de forma indireta, apoia a não formalidade, uma vez que, não conhecendo tais benefícios, o empreendedor passa a não possuir métricas para comparação entre o serviço formal e o informal, não sendo possível aferir, assim, qual a melhor maneira de seguir com seu negócio.

O tema discorrido na pesquisa poderá ser utilizado em estudos futuros que tenham o intuito de expor as informações analisadas e os resultados obtidos aos empresários informais no universo de estudo, permitindo, deste modo, que o trabalho passe a servir de informativo e, até mesmo, de fonte de pesquisa e estudo tanto a esses empreendedores quanto a futuros pesquisadores interessados no assunto. A possibilidade de pesquisas expondo números, de ganhos e/ou perdas, realizando um cruzamento entre negócios formais e informais, também poderia ser levada em consideração, posto que pode vir a destacar a importância da formalização para os empreendedores de modo geral.

## Referências

ANDRADE, Daniela Meirelles; REZENDE, Rafael de Oliveira; PEREIRA, Viviane Santos; NADU, Laura. Mapeamento dos estudos sobre empreendedorismo em eventos da Anpad, de 2007 a 2011. XV *Semead* – Seminários em Administração, out. 2012. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/15semead/resultado/trabalhosPDF/420.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977 (2006).

BERENSON, Mark; LEVINE, David; STEPHAN, David. *Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em Português*. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

BISPO, Fabiana Carvalho da Silva; JUNIOR, Ailton Bispo dos Santos; MOURA, Leandro Souza. O uso do “jeitinho brasileiro” como um recurso de poder nas organizações do país. *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. Estudo sobre a essência do empreendedorismo. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – Anpad, 2006. Disponível em: <[http://200.17.236.243/pevs/Empreendedorismo/essencia\\_do\\_empreendedorismo\\_enanpad2006-esoc-2015.pdf](http://200.17.236.243/pevs/Empreendedorismo/essencia_do_empreendedorismo_enanpad2006-esoc-2015.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2012.

BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. Esboço para uma teoria tridimensional do empreendedorismo. In: ENANPAD, 33., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Enanpad, 2009.



DOLABELA, Fernando Celso. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, João Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FEIJO, Carmem Aparecida; SILVA, Denise Britz do Nascimento e; SOUZA, Augusto Carvalho de. Quanto heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecnf. *R. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 329-354, maio/ago. 2009.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. GEM. *Empreendedorismo no Brasil 2011*. Disponível em: <<http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo/Livro%20GEM%20Brasil%202011.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

HIRATA, Guilherme Issamu; MACHADO, Ana Flavia. Escolha ocupacional e transição no Brasil metropolitano: uma análise com ênfase no setor informal. *Economia Aplicada*, v. 14, n. 4, p. 299-322, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Censo Demográfico 2000 e 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Cadastro Central de Empresas 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. IJSN. *A evolução intersetorial do mercado de trabalho capixaba e sua contribuição para a redução da informalidade Censos 2000 e 2010*. Vitória, ES, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUDKE, Menga; André, Marli. *Pesquisa em educação: abordagem qualitativa*. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, 1999.

NERI, Marcelo et al. Em busca de incentivos para atrair o trabalhador autônomo para a Previdência Social. *Nova econ.*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010363512007000300001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512007000300001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 abr. 2014.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PAES, Nelson Leitão. Mudanças no sistema tributário e no mercado de crédito e seus efeitos sobre a informalidade no Brasil. *Nova Economia*, Belo Horizonte, MG 20 (2) 315-340, maio/ago. 2010.

PASTORE, José. Como reduzir a informalidade? Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. *Revista do Ministério do Trabalho*, 2000.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. *Benefícios*. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/beneficios>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

PORTER, Michael Eugene. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RAMOS, Lauro. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. Ipea, 2002.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. *Pró-Posições*, v. 19, n. 2(56), maio/ago. 2008.

SEBRAE. *Anuário das Pesquisas sobre as Micros e Pequenas empresas (2011)*. Série Estudos e Pesquisas. Jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Análise do segmento de empreendedores informais (2009)*. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/E2E CD3926CF09EE083257717004A4D35/\\$File/NT00043F9A.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E2E CD3926CF09EE083257717004A4D35/$File/NT00043F9A.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013a.

\_\_\_\_\_. *Economia informal urbana*. Observatório Sebrae (2005). Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E46F1ED009B/economia\\_iInformal\\_urbana.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E46F1ED009B/economia_iInformal_urbana.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2013b.

\_\_\_\_\_. *Empreendedorismo*. Disponível em: <<http://www.boletimdoempreendedor.com.br/boletim.aspx?codBoletim=370>>. Acesso em: 5 maio 2013c.

SENTANIN, Luis Henrique Valenciano; BARBOZA, Reginaldo José. Conceitos de empreendedorismo. *Revista Científica Eletrônica de Administração*, ano V, n. 9, dez. 2005, periódicos semestral. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/adm09/pages/artigos/ADM-edic09-anov-art02.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SILVA, Jorge Luiz Teles da Silva et al. *A informalidade no mercado de trabalho brasileiro e as políticas públicas do governo federal*. Estudo elaborado pelo Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Salvador, BA, 2002.

SPC Brasil. *Pesquisas*. Disponível em: <<http://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas/189-metadedostrabalhadoresinformaisnaosabeoquefazerpararegularizaronegociodizpesquisaspc>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4(104), p. 596-618, out./dez. 2006.

Recebido em: 24/3/2014

Aceito em: 31/7/2014